

ARTIGO

A REORGANIZAÇÃO DO CONVÍVIO FAMILIAR COM CRIANÇAS EM PANDEMIA PELA COVID-19 NO BRASIL**ALINE SOMMERHALDER¹**ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6024-0853>

<sommeraline1@gmail.com>

LUANA ZANOTTO²ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1877-4170>

<luanazanotto@yahoo.com.br>

ANNA ALUFFI PENTINI³ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2037-5534>

<anna.aluffipentini@uniroma3.it>

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos (SP), Brasil.² Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia (GO), Brasil.³ Università di Roma Tre. Roma, Itália.

RESUMO: Este artigo objetiva discutir o convívio doméstico cotidiano de famílias com crianças em idade escolar diante da pandemia de COVID-19. Intenciona, ainda, problematizar possíveis mudanças na rotina de vida de crianças brasileiras, em decorrência da ausência de frequência presencial nas escolas e ampliação de tempo diário em contextos domésticos. O trato crítico-interpretativo ofertado aos dados pauta-se nas concepções de convívio familiar, em consonância com o pensamento teórico sócio-humanista. Com aplicação de método misto (quantitativo e qualitativo), apresenta parte de resultados brasileiros obtidos por meio de questionário *on-line, e-survey*, em formato de opinião pública. Participaram 478 famílias brasileiras, majoritariamente residentes em municípios do estado de São Paulo. Os resultados indicam que a estruturação familiar acompanha mudanças propostas pelos adultos como sujeitos protagonistas de um saber fazer no cotidiano doméstico transformado pela pandemia. À luz da dialogia freireana, as mudanças indicadas pelos adultos ocorreram pela ampliação do sentimento de proximidade e reconhecimento dos filhos, além da inserção na rotina das atividades escolares e recriação de novas formas de educação diante dos diversos limites impostos. As alterações ocorridas na esfera domiciliar perpassam pela compreensão de novas configurações que estabeleçam relações educativo-dialógico-cooperativa entre os diferentes membros, crianças e adultos.

Palavras-chave: cotidiano doméstico, crianças em lares, pandemia COVID-19, suspensão da escola presencial.

THE REORGANIZATION OF THE FAMILY LIFE WITH CHILDREN DURING COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL

ABSTRACT: This paper aims to discuss the daily home life of families with school-age children during the COVID-19 pandemic. It also intends to problematize possible changes in the Brazilian children's routine due to the closure of schools and increased time at home. According to socio-humanist theoretical thinking, we analyzed the data through a critical-interpretative lens based on family life

concepts. This paper presents part of the Brazilian results obtained through an online questionnaire, e-survey, in a public opinion format, using a quantitative and qualitative approach. Four hundred seventy-two families participated, mostly from cities in the state of São Paulo. The results indicate that the family structure followed the changes proposed by adults, who were protagonists in the domestic daily life transformed by the pandemic. In Freire's perspective, the changes indicated by the adults occurred through the expansion of children's proximity and recognition, in addition to the inclusion of school activities and re-creation of new educational forms in the routine, under several limitations. The household changes were permeated by understanding new configurations that established educational-dialogical-cooperative relationships between different members, children and adults.

Keywords: daily life at home, children in homes, COVID-19 pandemic, school suspension.

LA REORGANIZACIÓN DEL CONVIVIO FAMILIAR CON NIÑOS EN LA PANDEMIA DEL COVID-19 EN BRASIL

RESUMEN: El estudio objetiva discutir el convivio doméstico en el hogar de las familias con niños en edad escolar ante la pandemia del COVID-19. Tiene la intención, aun, de problematizar posibles cambios en la rutina de vida de los niños brasileños en detrimento de la ausencia de las escuelas y la expansión del tiempo diario en los hogares. El enfoque crítico-interpretativo ofrecido a los datos se basó en los conceptos de vida familiar, de acuerdo con el pensamiento teórico socio-humanista. Utilizando un método duplo (cuantitativo y cualitativo), este artículo presenta parte de los resultados brasileños obtenidos a través de una encuesta virtual, e-survey, en formato de opinión pública. Participaron 478 familias brasileñas, en su mayoría residentes en municipios del estado de São Paulo. Los resultados indican que la estructura familiar sigue cambios propuestos por los adultos como protagonistas de un saber hacer en la vida diaria doméstica transformada por la pandemia. Tras la perspectiva de Freire, los cambios señalados por los adultos se dieron a través de la expansión del sentimiento de proximidad y reconocimiento de los hijos, además de la inserción en la rutina de las actividades escolares y recreación de nuevas formas de la educación por los diversos límites impuestos. Los cambios en el hogar permean la comprensión de nuevas configuraciones que establecen relaciones educativo-dialógico-cooperativas entre los diferentes miembros, niños y adultos.

Palabras clave: cotidiano doméstico, niños en hogares, pandemia COVID-19, suspensión de la escuela presencial.

INTRODUÇÃO

Este artigo origina-se de uma pesquisa interinstitucional internacional derivada de cooperação científica e acadêmica e coordenada por pesquisadores da área educacional de uma universidade pública italiana, situada em Roma, Itália, em colaboração com pesquisadoras brasileiras de duas universidades públicas federais, situadas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. A macropesquisa envolveu coleta empírica em dois países europeus (Espanha e Itália) e um na América Latina (Brasil) durante o ano de 2020, sendo que o presente material apresenta uma parte dos resultados brasileiros, sobre os quais interessa tecer uma análise contextual de achados científicos provenientes de participação de famílias brasileiras no amplo estudo.

Coloca-se em cena a discussão sobre o cotidiano de famílias e de crianças no convívio doméstico, considerando a pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 e as medidas de restrição social e de ausência de frequência presencial nas escolas. A pesquisa, realizada em formato de opinião pública, com uso de *e-survey*, assenta-se sobre as possíveis mudanças nas rotinas, nos hábitos e nas condutas diárias de famílias com crianças, ocasionadas pela pandemia da COVID-19.

No início do ano de 2020, com a eclosão do novo coronavírus e diante do aumento expressivo de casos de enfermidades provocadas pelo vírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a contaminação como uma emergência de saúde pública de importância internacional, decretada como pandemia no dia 11 de março de 2020 (WHO/OMS Brasil, 2020). O Brasil, país de dimensão continental, em 15 de abril de 2021, possuía cerca de 211 milhões de habitantes, segundo projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, [s.d.]). A pandemia intensificou crises e desigualdades na população, trazendo repercussões macroestruturais para todo o País (e para o mundo) em suas múltiplas dimensões: na saúde, na economia, na política, no trabalho, na educação, no social, no ambiental, dentre outras tantas esferas inseridas em setores públicos e privados (CARDOSO, 2020).

No ensejo de reduzir o número de pessoas contaminadas pelo vírus SARS-CoV-2, os países definiram ações baseadas, especialmente, em medidas restritivas, incluindo a continência das interações humanas presenciais, a proibição de deslocamentos para territórios internacionais ou no próprio território, a implementação por período acentuado de *lockdown* em países europeus e em alguns momentos em cidades brasileiras e o fechamento de todas as atividades não essenciais, incluindo escolas, em todos os seus níveis e modalidades. No estado de São Paulo, a recomendação geral definida às medidas do chamado “isolamento social” em território brasileiro foi de que todos permanecessem em suas residências e saíssem apenas em caso de necessidade inadiável, exceto os trabalhadores de setores essenciais, além de recomendar que se resguardassem dois metros de distância de outras pessoas, nessas ocasiões. Tais medidas passaram a ser monitoradas por órgãos oficiais via dispositivo aferidor do índice de isolamento social (SÃO PAULO, 2020). Nesse cenário, agregaram-se impactos nos padrões da vida cotidiana das famílias, uma vez que a permanência em lares domésticos se ampliou. Houve ainda implicações sobre a sustentação econômica, dado que muitas famílias perderam empregos ou tiveram diminuição de renda em razão da redução de jornada de trabalho ou de atividade profissional diária.

De uma emergência sanitária aguda a uma crise humanitária (SPIEGEL, 2021; BORBA *et al.*, 2020), as relações sociais e as condições de vida foram modificadas, apresentando novos e inúmeros desafios, alguns deles dramáticos, incluindo o impacto sobre a qualidade de vida das pessoas com perda de renda, conflitos sociais e ampliação da violência e da desigualdade social e educacional. Assim, o convívio social e a rotina das famílias também foram afetados, posto que as atividades escolares de crianças e jovens passaram a ser executadas de forma remota (à distância) e/ou de forma híbrida. Esse convívio ainda sofreu alterações pelo fato de as atividades profissionais de adultos passarem a ser executadas em *home office* ou remotamente (BRASIL, 2020a, 2020b). Os desafios impostos pela restrição do contato físico interpessoal trouxeram infundáveis consequências à organização cotidiana das famílias, especialmente aquelas com crianças, face à nova realidade de escolas sem atendimento presencial e, com isso, a repentina inserção das crianças no ensino remoto/à distância (UNESCO, 2020).

Dados do relatório do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), divulgados em março de 2021, demonstraram que cerca de 1,6 bilhão de estudantes ao redor do mundo ficaram fora da escola no período de fevereiro de 2020 a março do ano seguinte, em virtude do cenário epidemiológico provocado pela doença em muitos países. Somente no Brasil, computa-se que o

fechamento das escolas afetou mais de 45 milhões de estudantes de Educação Básica, sendo 38,7 milhões pertencentes à rede pública de ensino (UNESCO, 2020; INEP, 2019). Esses indicadores revelam o grande quantitativo de crianças e jovens sem acesso às dependências físicas da escola, privados do convívio escolar entre pares e com professores de forma presencial e, portanto, com uma permanência diária maior nos lares domésticos.

As informações oriundas dos protocolos sanitários foram veiculadas de modo incerto, com múltiplas notícias de orientação distintas e mudanças diárias em termos de diretrizes para a população brasileira, o que reforçou a necessidade de constantes adaptações no interior domiciliar, revendo estratégias para o cumprimento de demandas da gestão da casa, da profissão ou do trabalho dos adultos, juntamente à condução da conjugalidade, da economia doméstica, da parentalidade e coparentalidade (SILVA *et al.*, 2020; LINHARES; ENUMO, 2020). Com efeito, a vida escolar de crianças também sofreu impacto, em função das múltiplas condições de contextos causados pelo coronavírus, seja pelo alto contágio e impacto direto sobre a saúde dos familiares, seja pela implicação do viver a vida cotidiana, nos lares, em um regime de maior tempo de permanência com genitores e/ou responsáveis.

O estudo assume a compreensão de convívio familiar cotidiano como estrutura emergente de relações estabelecidas por pessoas (grupo social) que possuem algum grau de parentesco e compartilham diariamente de um mesmo espaço habitacional, formando um lar. Da perspectiva sócio-antropológica, essas relações são basilares às sociedades humanas, e as suas formas de organização dependem das condições concretas oriundas dos contextos sociais e culturais dos sujeitos (SINGLY, 2007). Heilborn, Peixoto e Barros (2020, p. 4) expõem: “a situação de confinamento, provocada pela conjuntura sanitária, incide diretamente na família face à recorrência das situações desgastantes que levam ao aumento do estresse por conta das cobranças familiares sobre sua responsabilidade na execução dos cuidados”. Inserem-se aqui os desafios enfrentados para cumprir as exigências das escolas que retomaram o ensino remoto, somando-se a práticas de incentivo que buscaram garantir a permanência da criança na instituição, ao menos, a manutenção das relações afetivas e da memória da rotina escolar com os professores e colegas estudantes.

Nas gerações mais atuais, as atividades cotidianas sociais das crianças – sejam as escolares, de lazer, de convívio com pares ou adultos, realizadas, especialmente, em espaços sociais distintos do ambiente doméstico – se apresentam como um desafio amplo e intenso. O desafio posto repousa na consideração dos altos índices de violência em contextos urbanos ou mesmo rurais e exige, na cotidianidade, que a vida na infância aconteça em espaços mais domésticos e menos coletivos ou públicos (como parques e ruas), implicando maior tempo de permanência diária nos lares domésticos. Com isso, as brincadeiras, os corpos das crianças (BUSS-SIMÃO; LESSA, 2020), as interações com a natureza em espaços abertos e coletivos (RATUSNIAK; MAFRA; SILVA, 2020) são redesenhados de modo a preservar a segurança de crianças no viver a vida diária. A realidade contemporânea modela-se de forma diversa nos países; especialmente na realidade brasileira, dados os índices de violência, tal realidade se apresenta como uma exigência que pressupõe das famílias a construção de novas rotinas e hábitos de vida, para atendimento de uma realidade social já concreta em muitas cidades ou contextos rurais.

As medidas de restrição social ou mesmo de isolamento social colocadas diante do caos dos altos índices de óbitos pela COVID-19 no Brasil, somadas às intensas dificuldades econômicas e sociais decorrentes, fizeram com que a realidade de permanência de crianças em contextos domésticos se ampliasse abruptamente. Tal fato, adicionado a hábitos alimentares inadequados, estilo de vida sedentário e ampliação do tempo de exposição às telas de televisão e demais equipamentos tecnológicos (computadores, tablets e celulares), afetaram diretamente a saúde e a qualidade de vida da população brasileira, com índices aumentados de obesidade infantil e doenças correlatas (FIOCRUZ, 2020a, 2020b; SILVA *et al.*, 2020; PRIME; WADE; BROWNE, 2020).

Frente a esse fenômeno, examinar e compreender o convívio cotidiano de famílias e de crianças em idade escolar, em contexto doméstico, diante da pandemia pelo SARS-CoV-2, apresentou-se como uma demanda científica emergente, de modo a compreender a realidade imposta, ampliar os conhecimentos científicos e trazer contributos sobre a problemática. Como foi estabelecida a organização de convívio familiar cotidiano entre famílias com crianças em idade escolar, diante da

pandemia pela COVID-19? O que ocorreu no cotidiano familiar face às demandas geradas pelas atividades escolares de crianças, na forma remota ou à distância?

A presente pesquisa objetiva discutir o convívio doméstico cotidiano de famílias com crianças em idade escolar diante da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2. Intenciona, ainda, problematizar possíveis mudanças na rotina de vida das crianças, decorrentes da ausência de frequência presencial nas escolas e da ampliação de tempo diário em contextos domésticos.

INSTRUMENTOS E MÉTODOS

A presente pesquisa trata-se de um estudo exploratório com abordagem quantitativa e qualitativa, de método misto. Para Gil (2008), esta tipologia de pesquisa combina os princípios de natureza quantitativa, como dados mensuráveis captados de uma realidade objetiva, com os princípios de natureza qualitativa, com a descrição, análise e discussão crítica do fenômeno. Caracterizou-se como pesquisa de opinião e seguiu as normas éticas requeridas com pesquisas com seres humanos dos países envolvidos, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da universidade brasileira envolvida, sob n. de parecer 4.683.194, e pelo departamento da universidade italiana envolvida, atendendo a normas da União Europeia para produção de pesquisas.

Para coleta dos dados, foi utilizado um questionário considerando a natureza do *survey* (GIL, 2008) com uma composição de perguntas abertas e fechadas. O instrumento foi elaborado pelos pesquisadores da equipe de trabalho no estudo e considerando as orientações de Hill e Hill (2008) sobre objetivos, seções, descrição das perguntas, *layout* e avaliação.

Fez-se uso de *e-surveys*, também conhecidos como *websurveys*, que são estratégias para a obtenção de dados primários utilizadas desde a década de 1990 (De BONI, 2020). *E-surveys* são válidos, pois permitem que a coleta de dados ocorra à distância, sem a demanda de presença dos participantes e com velocidade de obtenção, amplitude de abrangência geográfica e rompimento de fronteiras, como intercontinentais, para realização de pesquisas. Nesse desenho, os participantes do estudo são recrutados em redes sociais ou *websites*, utilizando-se de listas de cadastro de e-mails de membros e divulgação do link da pesquisa nesses canais (De BONI, 2020).

O *e-survey* foi utilizado dada a necessidade de a coleta de dados ser realizada à distância, devido ao distanciamento social diante da crise gerada pelo COVID-19, pela rapidez de execução de coleta e pelo rompimento de barreiras geográficas, o que permitiu, no caso do Brasil, a expansão do processo de recrutamento de participantes. Esse recrutamento foi realizado atendendo aos seguintes critérios: ser família com filhos em idade escolar, além de ter as habilidades para usar os dispositivos eletrônicos e de acesso à internet, com completo preenchimento do questionário uma única vez.

O instrumento foi formulado especificamente para este estudo em versão original inglesa, com tradução livre para o italiano e para o português, realizado por pesquisadores com proficiência nas línguas inglesa, italiana e portuguesa. Disponibilizado por meio da plataforma *Google Forms*, o acesso ao *link* foi viabilizado ao longo dos meses de maio e junho de 2020, totalizando aproximadamente 60 dias de coleta nos países participantes. Um conjunto de questões fechadas foi anexado ao início do formulário para informações de caracterização dos participantes, tais como identificação sobre sexo; idade; condição de trabalho (empregado ou desempregado desde o início da pandemia até o período de coleta de dados); configuração familiar (número de residentes no mesmo espaço, agregados durante a quarentena etc.); e características físicas do ambiente doméstico (número de cômodos ou espaços da residência, presença de espaços a céu aberto ou externos coletivos ou individuais e localização geográfica).

O questionário temático formulado por questões abertas deteve-se a perscrutar o convívio social em lares domésticos de famílias com crianças em idade escolar, em específico, as relações cotidianas com as crianças durante o período de isolamento social ou restrição social e de suspensão de atendimento presencial nas escolas. Para tanto, contou com 42 questões abertas e 33 fechadas, totalizando 75 questões.

Participantes

Participaram da pesquisa 478 pessoas adultas de famílias brasileiras. Os participantes foram definidos por critério de interesse próprio e acessibilidade ao questionário *on-line*, constituindo um estudo não probabilístico. A partir da explanação descrita sobre a pesquisa, os participantes que concordaram livremente em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), anexo ao início do formulário.

No Brasil, o questionário foi endereçado às cinco regiões do País, além do Distrito Federal, obtendo participação ampla. Houve maior participação da região Sudeste, especialmente da macrorregião centro-leste do estado de São Paulo, conhecida como uma das mais desenvolvidas do estado. Esses dados auxiliaram na identificação da localização geográfica das residências dos respectivos grupos de participantes, bem como na identificação do perfil socioeconômico dos respondentes, os quais possuem renda média familiar entre quatro e cinco salários mínimos.

A Tabela 1 apresenta a descrição das demais variáveis de composição do perfil da amostra do estudo – faixa etária; sexo; estado civil; maior nível de escolaridade; condição de trabalho (empregado e desempregado); e quantidade de filhos por família participante –, apresentadas nas formas de frequência absoluta e relativa.

Tabela 1 – Descrição das variáveis de perfil da amostra do estudo.

Categorias	#qtd	%qtd
Faixa etária		
20 a 29 anos		6,9%
30 a 39 anos		43,5%
40 a 49 anos		38,7%
50 a 59 anos		9,8%
60 anos ou mais		1,04%
Sexo		
Feminino	434	90,8%
Masculino	44	9,2%
Estado civil		
Casado(a)	369	77,2%
Divorciado(a)	42	8,8%
Solteiro(a)	64	13,4%
Viúvo(a)	3	0,6%
Escolaridade		
Doutorado	88	18,4%
Mestrado	88	18,4%
Graduação	239	50,0%
Ensino Médio	52	10,9%
Ensino Fundamental II (anos finais)	7	1,5%
Ensino Fundamental I (anos iniciais)	2	0,4%
Não diplomado	2	0,4%
Condição de trabalho		
Sim (empregado)	379	79,3%
Não (desempregado)	99	20,7%
Quantidade de filhos(as)		
0	15	3,1%
1	174	36,4%

2	212	44,4%
3	55	11,5%
4 ou mais	14	2,9%
*Falta de informação	8	1,7%
Total Geral	478	100,0%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme observado na tabela, a média de idade dos brasileiros participantes foi de 39,24 anos, havendo participantes de 20 a 64 anos. Os seguintes aspectos tiveram predominância: maior participação de mulheres; percentual maior do estado civil casado e do predomínio do curso de graduação como escolaridade máxima. Significativa parcela dos participantes possui dois filhos. À época da coleta de dados, os participantes estavam com empregos vigentes.

A respeito das características físicas do ambiente doméstico, as residências comportavam média representativa de seis a sete cômodos, sendo que 66,1% informaram possuir espaços a céu aberto (quintal e jardins) em casa. Além disso, 27% informaram possuir varanda privada, e uma pequena porcentagem (2,5%) relatou contar com varanda compartilhada. Apenas 8,2% dos participantes não possuíam os espaços anteriormente mencionados, e menos de 1% informou possuir piscina e/ou *playground*, ou outro espaço característico de determinadas atividades de lazer.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se aqui parte dos resultados brasileiros encontrados na ampla pesquisa internacional. Os dados quantitativos foram tabulados com a utilização da estatística descritiva – frequência (f) e percentual (%) –, com auxílio do programa *Microsoft Excel*. Os dados qualitativos coletados foram submetidos ao processo de análise de conteúdo (BARDIN, 2009), na forma de análise temática (MINAYO, 1992), sendo as duas categorias estruturadas *a posteriori*. A primeira, intitulada “A estruturação familiar em contexto pandêmico”, apresenta e discute a estruturação do cotidiano familiar durante a pandemia, evidenciando mudanças estabelecidas no processo de viver a vida diante do novo contexto. A segunda, “As relações com crianças no cotidiano familiar em contexto pandêmico”, apresenta e discute as relações adultas no convívio com as crianças face à [nova] organização familiar, em que se inclui a discussão da criação de condutas à educação das crianças. Ambas as categorias tomam o constructo do pensamento de Paulo Freire (FREIRE, 2014, 2017) e outros referenciais inseridos no campo teórico sócio-humanista, para análise e discussão.

Categoria 1: A estruturação familiar em contexto pandêmico

Em relação à configuração das famílias, constata-se uma reduzida inserção de membros coparentais no núcleo familiar durante a pandemia. Apenas 6,1% (29 participantes) indicaram ter acolhido parentes nesse período, majoritariamente pela integração da mãe e/ou do pai dos cônjuges (idosos e avós das crianças), seguidos por seus respectivos irmãos (tios das crianças).

Mudanças também foram observadas em relação à situação no trabalho formal dos participantes e respectivos cônjuges. Dos respondentes empregados (79,3%), 58,6% trabalhavam em domicílio (222 participantes); 22,2% sinalizaram que o trabalho estava temporariamente suspenso (84 participantes); e 10,7% indicaram trabalhar presencialmente no local habitual (10 participantes). Os índices restantes, representativos de 8,5% do total de empregados (32 participantes), indicaram estar em regime de escala de revezamento, licença-maternidade e/ou férias.

Relativo à condição de trabalho dos cônjuges dos respondentes que assinalaram relacionamento conjugal (77,2% – 369 participantes), 80,7% estavam empregados (297 participantes), sendo que apenas 16,3% (cerca de um quarto – 60 cônjuges dos participantes) informaram estar desempregados; outros respondentes na condição de viúvos ou solteiros não informaram. Do quantitativo dos cônjuges empregados, 41,4% (ou seja, a maioria) estavam trabalhando em casa (123 participantes); 33,9% no local de trabalho habitual (100 participantes); e 11,6% indicaram estar com o

trabalho temporariamente suspenso (34 participantes). Valores menores do que 1% nesse quesito indicaram regime de escala de revezamento, licença-maternidade e/ou férias.

Os resultados demonstraram que as alterações provocadas no cotidiano familiar foram ocasionadas pela presença contínua dos membros familiares em casa, quer de adultos, crianças e agregados, ampliando o tempo de convivência entre eles. Dessa condição emergiu a necessidade de adequação de hábitos e situações que, anteriormente à instalação da pandemia, não existiam ou não eram considerados problemáticos, portanto, não demandando novos realinhamentos, tais como distribuir de modo equilibrado as atividades de estudo/trabalho e de lazer; ser paciente com o tempo e rotina do outro; inserir regras inaugurais – como lavar constantemente as mãos e usar máscaras ao atender demandas externas da residência. Os dados assim demonstram:

“Não estamos tendo horário certo pra dormir e fazer as refeições como tínhamos antes.” (P-108).

“Ficamos mais estressados por banalidades, no entanto, sinto que estamos bem apesar das circunstâncias.” (P-32).

“Porque convívio diário em isolamento a longo prazo gera estresse e ansiedade. Conciliar home office com carga horária estipulada e não poder pausar pra ficar com meu filho ou levá-lo passear, gera frustração.” (P-231).

Os respondentes revelaram a aprendizagem de um processo de socialização contínuo em que, entre outras facetas, aprenderam a assimilar rotinas e práticas, fruto do reconhecimento intensivo advindo do convívio parental. Estas aprendizagens parecem ir muito além do simples ato de estarem juntos por um período curto em casa, por exemplo, para as principais refeições ou conversas rápidas e descomprometidas, expandindo-se para um conjunto de habilidades e posturas necessárias, recrutadas e lapidadas para a realização das tarefas oriundas do próprio lar, da família, do trabalho (ou da suspensão ou perda dele) e da escola, buscando a harmonização familiar. Com efeito, a nova realidade dialoga com o conceito de “normalidade da exceção” de Santos (2019), ao refletir sobre o conhecimento, a existência e o desvelamento de coisas diferentes e modos diferentes de viver e (re) existir, neste caso, compelidos pela pandemia.

Destarte, reflete-se sobre a constituição de regras e valores que passaram a compor uma inaugural cultura doméstica, da cultura organizacional emergida do saber fazer para sobreviver à reconfiguração domiciliar, o que se pode nomear de soluções praticáveis despercebidas. Tais soluções buscaram contornar os fatores de estresse oriundos das relações tensas e sobrecarregadas entre adultos e crianças em confinamento, somando-se à ausência de atendimento presencial da escola. Nesse quesito, reflete-se acerca da vida adulta, a exemplo, especialmente, da vida da mulher-mãe-trabalhadora-brasileira, o que, com excelência, é relatado na obra “Maternidades plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia” (SOARES; CIDADE; CARDOSO, 2020). Essa publicação versa sobre a maternidade, a política, a essência do lar e do trabalho, a resistência da pesquisa, a militância, a educação doméstica, a vida acadêmica, a invisibilidade da mulher, entre outras centenas de temas em meio aos efeitos da COVID-19.

Os resultados da presente pesquisa avançam e convergem a um certo tipo de saber fazer de sujeitos na experiência *cara a cara* (DUSSEL, 2000). Esses sujeitos apresentaram-se protagônicos, esperançosos, tolerantes e autônomos ao remodelarem o cotidiano familiar em função da reconfiguração do cenário, o que incluiu não somente a presença adulta em casa, mas também a ocorrência das crises financeiras, do desemprego, dos casos de adoecimento próprio e/ou coparental pela COVID-19 e patologias, entre outras variantes do que Cardoso (2020) denomina de “corona-crises”, marcadamente pela desigualdade brasileira. Conforme expressam Silva *et al.* (2020) e Prime, Wade e Browne (2020), há que se assumir que o período pandêmico trouxe desafios adicionais à parentalidade, visto que as figuras parentais precisaram redefinir a rotina familiar implicando o estabelecimento de estratégias de divisão das atividades de trabalho, estudo, cuidados e lazer próprios e das crianças (em caso de sua existência), fundidas às demandas profissionais e às tarefas e gestões domésticas.

A criação de novas condutas mostra-se em contínuo processo de organização pelos membros adultos. Pondera-se que mudanças verdadeiras expressas pelos seres humanos perpassam pela afetividade, pelo questionamento, pela mobilização, pela cooperação, pelo diálogo e pela conscientização (FREIRE, 1979; GADOTTI, 1996; STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017) oriundos de um processo comunitário, solidário e integrado de abordagem da realidade e do engajamento efetivo na mudança. Para compreensão da estruturação familiar, em tempos pandêmicos, é colaborativa a conceitualização da dialogia freireana.

Para Freire (1983a), o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico em relação à condição humana no mundo. Por meio dele e com ele, os seres humanos podem dizer o mundo segundo o próprio modo de vê-lo e compreendê-lo, possibilitando a abertura de novos caminhos para repensar a vida em sociedade. O diálogo verdadeiro implica escuta atenta e paciente a saberes diferentes que não podem ser impostos por alguém, mas emergem da comunicação crítica e esperançosa sobre as distintas condições do mundo, o que exige confiança no outro, disponibilidade, amor, respeito e humildade. Nesse sentido, observa-se uma conduta latente entre os membros adultos das famílias em incluir na pauta de diálogo com os filhos o que a Covid-19 provocou no Brasil e no mundo, acompanhado pelo levantamento das percepções e sensações das crianças frente ao vivido, sobretudo pela abrupta ausência da escola e as implicações de uma nova rotina da qual não faziam mais parte amigos e membros coparentais do dia a dia.

Ao explicarem a situação vivenciada, 76,5% do total dos respondentes (366 participantes) sinalizaram contar histórias às crianças sobre a existência de um “bicho” que vive do lado de fora da casa (da porta para fora) e não podem deixar que ele entre. Por isso, devem ficar dentro de casa. Ao pensar no diálogo com as crianças com mais de 10 anos, uma síntese é feita a partir da seguinte resposta:

“Tendo em conta a idade explico-lhe tal e qual nos é transmitido, reforçando a necessidade de cuidados que deve existir mesmo ela não saindo mas para desta forma estar conscientizada da situação em que nos encontramos. Saindo o pai para trabalhar tem consciência de todos os cuidados que devemos ter para que em casa continuamos bem.” (P-309).

“Explico que existe um vírus (ele já sabe o que é um vírus) que está circulando e que é muito fácil o contágio. Como não temos vagas suficientes nos hospitais para quem não fica bem ao pegar o vírus, precisamos ficar em casa para evitar o contágio. Não sabemos quantas pessoas não vão ficar bem em casa e vão precisar de vagas em hospitais quando forem contaminadas.” (P-14).

Em outras histórias, ainda se observou uma configuração em que as pessoas ocupam o papel de “mocinhos” e o vírus, de “vilão” a ser combatido pela união humana, projetando-se um final feliz ao se dizer às crianças: “vai passar”.

À luz do ideário freireano, a nova estruturação do ambiente íntimo familiar em contexto pandêmico fez com que as famílias passassem a enfrentar o extraordinário, o ato-limite, com as utopias (futuro) em inéditos viáveis nutridos pela esperança/esperançar do atingimento de um sonho possível, sonho coletivo em nível mundial, cuja concretização ocorreria via superação/fim da pandemia e volta aproximativa do cenário pré-pandêmico. Estes destaques inserem-se no “plano do agir” face ao ato-limite, o qual inclui a intuição, a emoção, o prazer, a amorosidade e a alegria presente na relação entre crianças e adultos (FREIRE, 1983a).

O conjunto desta análise reforça os achados da pesquisa “Primeiríssima Infância – Interações na Pandemia: Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos em tempos de Covid-19”, publicada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que teve por objetivo investigar de que maneira o novo coronavírus afetou as dinâmicas familiares de cuidado e desenvolvimento da criança pequena (FMCSV, 2021). O referido estudo demonstra que os pais necessitaram buscar novos arranjos para cuidar dos filhos; os tios também passaram a assumir a responsabilidade pelas crianças, face à percepção da sobrecarga pelas mães de classes economicamente menos favorecidas; também se observou o aumento no tempo de convivência dos pais com os filhos, especialmente nos segmentos de classe e educação mais elevadas, além da regressão no comportamento das crianças.

Categoria 2: As relações com crianças no cotidiano familiar em contexto pandêmico

Essa categoria enfatiza os resultados referentes à rotina de vida de crianças em decorrência da ausência de atendimento e, assim, frequência presencial nas escolas, e ampliação de tempo diário em contextos domésticos.

Ao lado das condições de estrutura familiar, os dados ora alocados permitem discutir aspectos das relações adultas com as crianças. Dos participantes trabalhando em domicílio, 61,9% (137 participantes) indicaram mudanças bruscas no relacionamento com os filhos. Na interpretação adulta, as mudanças ocorridas foram necessárias para melhoria do convívio entre pais e filhos, assim como para a ampliação positivada das relações harmônicas. Majoritariamente, as mudanças ocorreram pela ampliação do sentimento de proximidade e reconhecimento das crianças, por, assim, poderem passar mais tempo juntos e em casa.

“Estamos muito mais próximos! Realizando atividades que com a correria do dia a dia não fazíamos.” (P-117).

“Estamos mais próximos. As crianças chamam a todo tempo. Estamos nos alimentando melhor. Também estamos mais cientes das dificuldades escolares.” (P-06).

“Passei a realizar as orientações escolares e alfabetização da minha filha de 6 anos.” (P-453).

As mudanças também surgiram como medidas para garantir a harmonia familiar e não oportunizar o declínio das relações em função da presença dos filhos e das dificuldades concomitantes de manutenção do trabalho e sustento da família, congregando acentuados quadros de estresse domiciliar. Face ao imperativo do convívio diário e intensificado com as crianças em casa, 57,7% dos brasileiros (128 participantes) indicaram terem alterado as regras, enquanto 42,3% responderam não terem feito alterações (93 participantes). Esses dados foram observados, embora este estudo não tenha se detido a investigar a necessidade/preensão de alterações pelos responsáveis, pois é possível que a necessidade já existisse, mas, por motivos desconhecidos, não tivesse sido implementada até então. A modificação das regras, majoritariamente, agiu em reforço à rotina de estudo em casa:

“Novos combinados sobre o tempo nos brinquedos eletrônicos, mais compromisso de todos com a casa, novos horários com diversificação de atividades com a permanência o dia todo em casa. Lembrar de tomar banho de sol no tempo que o sol entra pela janela do quarto...” (P-408).

“Estabelecemos períodos para brincadeiras que não usem eletrônicos.” (P-108).

“Horas para banho, estudos, computador, video-game, alimentação. No começo parecia férias, sem cronograma definido, agora seguimos uma rotina.” (P-214).

As modificações nesse contexto ocorreram na alteração das condutas preexistentes, as quais estiveram, da maior para a menor incidência, na criação de limites para redução do tempo de exposição das crianças frente às telas de *videogame*, televisão, aparelhos celulares e *tablets*; na flexibilização dos horários para dormir e acordar, sendo postergados em comparação ao horário pré-pandêmico; e nos hábitos de higiene pessoal. Em menor aparição, estiveram a elevação da qualidade da alimentação e a inclusão das crianças no auxílio dos afazeres domésticos.

Considerando os apontamentos registrados anteriormente, os dados indicam para a intensificação da participação dos pais na vida escolar das crianças, seguidamente pelas decisões sobre as atividades de lazer e de alimentação. Resultados das comparações entre os participantes trabalhando em domicílio e aqueles trabalhando no local habitual permitem afirmar que houve diferença entre aqueles que permaneceram em casa e os que não permaneceram. Tal cenário foi, ainda, acompanhado por queixas, tais como:

“Falta de entendimento do proposto, não tem a explicação adequada, a presença do professor é importantíssima, além da interação com os colegas da classe. Não consigo ajudá-lo, por exemplo, nos exercícios de matemática.” (P-218).

“Tanto mãe e pai somos professores, o que facilita em muito o acompanhamento dos estudos. Mas a dificuldade vem em realizar nosso trabalho remoto e acompanhar uma criança disléxica que demanda mais tempo para realizar as atividades. Então é necessário uma programação rígida.” (P-27).

O espaço doméstico compartilhado por membros de uma rede familiar, adultos e crianças, em tempos de COVID-19, pareceu concretizar-se em espaço de educação (não formal) pela continuidade da educação da criança, na interação, no convívio, no diálogo com e entre o que é circunscrito e possível ao pequeno núcleo familiar, dele decorrendo o desvelamento da própria realidade, reforçando os achados no estudo de Linhares e Enumo (2020). Segundo os referidos autores, ainda que as crianças sejam menos contaminadas de forma grave sintomática pelo vírus, por serem uma população vulnerável, podem ser mais afetadas no âmbito do desenvolvimento psicológico. Disso decorre o preponderante papel socioeducativo exercido pelo microcontexto familiar, pois “[...] as figuras parentais são centrais no desenvolvimento da criança, especialmente na primeira infância (zero a seis anos), para se atingir o desenvolvimento saudável e adaptativo de um indivíduo” (LINHARES; ENUMO, 2020, p. 4).

O momento histórico, crítico-caótico posto aos ambientes diversos da sociedade, em destaque o doméstico, pode ser interpretado pelo conceito freireano de educação, a qual ocorre por meio de processos educativos dialógicos, solidários e transformadores, sendo diretamente associado ao conceito de ser humano e impregnado de esperança. Assim, atua no sentido de alimentar as raízes da humanização, posto que a esperança atua como força para que a luta seja enfrentada. Conforme afirma Freire (1983a), somente assim, o ser humano, inconcluso, assumirá a própria condição de ser inacabado e, consciente disso, aspira “Ser Mais”, por meio da educação ocorrida nas relações. Em que pesem estas reflexões, cabem algumas provocações: será possível (e desejável) responsabilizar, unilateralmente, a família pela criação de horizontes face a uma educação humana e mais humanizada (BRANDÃO, 2002), na ausência do convívio e da partilha ampla entre seres humanos de diferentes raízes, origens e culturas? Haveria e quais seriam as possibilidades de uma educação mais humanizadora em um contexto circunscrito doméstico, assinalado por situações adversas, as quais, aparentemente, são contornadas com posturas inseguras/despreparadas dos adultos?

Uma porção significativa dos trabalhadores em domicílio, 78,9% (175 participantes), passou a desenvolver atividades específicas com as crianças, especialmente no que se refere ao acompanhamento das atividades escolares, seguido pela proposição de jogos e brincadeiras em família. Houve, ainda, incentivo à prática de atividade física, assim como para a execução de trabalhos manuais, de práticas de leitura e de estudos extraescolares (demandas, não horários). Por fim, em menor incidência, assinala-se o pedido dos adultos para ajuda nas tarefas domésticas e na elaboração de atividades culturais e artísticas, conforme relatam:

“Regras de estudo e mantemos as regras de cuidado com a casa.” (P-03).

“Cozinhar, organizar a casa, jogar Combate .” (P-401).

“Os filhos passaram a demandar mais ajuda e também, eu e esposa, exigindo do filho mais velho ajudar na limpeza e cozinha.” (P-377).

Nessas atividades ainda houve indício de recrutar auxílio das crianças mais velhas no cuidado das crianças com menor idade, bem como a responsabilização daquelas em demandas maiores do lar, tais como limpeza e organização dos espaços. No entanto, com a alteração e intensificação do convívio, sob o ponto de vista da ampliação dos tempos e espaços compartilhados, para 43,6% (97 participantes), a presença prolongada das crianças em casa, concentradas nas atividades escolares ou não escolares, passou a gerar sentimentos de impaciência, especialmente quando tais atividades ficavam sobrepostas às obrigações profissionais dos adultos, realizadas também em ambiente domiciliar, como se observa nos extratos seguintes:

“Ficamos mais próximos. Conversamos e brincamos mais. Às vezes discutimos mais também.” (P-116).

“Fica mais tenso, perdemos mais a paciência, tanto adultos quanto as crianças.” (P-77).

É notório nos escritos freireanos que o conceito de educação como ato de “construir gente” atua no processo de humanização dos humanos e na superação dos elementos desumanizadores (FREIRE, 1983a). Educar consiste em um ato de amor e de coragem que se fundamenta e se nutre em meio às relações dialógicas. Para Freire, educar é uma relação interativa entre pessoas, isto é, sujeito-sujeito na perspectiva de “ler” a realidade para transformá-la, constituindo-se, assim, a relação sujeito-mundo (FREIRE, 1983b, p. 104). A defesa das constituintes interativas entre seres humanos na ótica freireana é reafirmada por Arroyo (2001, p. 47):

Para Paulo Freire, educar sempre será uma relação de gente com gente, de adultos com crianças. [...] Para Paulo Freire, o caráter renovador da educação está no caráter intrinsecamente renovado de toda a relação humana, entre humanos. Formamo-nos no diálogo, na interação com outros humanos, não nos formamos na relação com o conhecimento. Este pode ser mediador dessa relação como pode também suplantar essa relação.

No que tange às condutas adultas no ato de recriar novas formas de educação dos filhos, 64,9% do total dos respondentes indicaram não adotarem castigos nesses tempos, enquanto 35,1% sinalizaram a prática como positiva à formação educacional dos filhos. Em destaque à população que faz uso dos reforços negativos em determinados comportamentos infantis, estão as práticas compensatórias e de restrição dos momentos mais desejados pelas crianças, conforme evidenciaram as seguintes respostas:

“Retirar acesso a telas, internet, videogame e outros eletrônicos.” (P-297).

“Em específico as atividades eleitas em frente às telas, está a preferência por jogos no celular e videogame, desenhos infantis, assistir youtubers, etc.” (P-445).

Além da restrição de aparelhos eletrônicos, os responsáveis indicaram fazer uso da repressão verbal acompanhada de práticas como deixar a criança “pensando no cantinho”, ampliar as obrigações atreladas às atividades de estudo escolar, restringir a ingestão de algum alimento e/ou impossibilitar brincar com o irmão e com os brinquedos. Como se nota, o uso das tecnologias foi indicado como o momento mais desejado pelas crianças. Nesse sentido, Anjos e Francisco (2021), ao investigarem o acesso das crianças às tecnologias digitais dentro ou fora das instituições educacionais, por meio da análise de um conjunto de documentos sobre COVID-19 e Educação Infantil no contexto das TDIC, concluíram que as atividades remotas ferem os princípios e as especificidades desta etapa, mesmo ponderando que, em alguns contextos, as tecnologias atuaram como possíveis recursos de comunicação e manutenção de vínculos entre as crianças, familiares e professores. Assim, os autores destacam que o debate sobre as TDIC e a Educação Infantil necessita ser ampliado, sobretudo após o período de isolamento social e integralidade do tempo em domicílio com intenso uso de aparelhos eletrônicos, como evidencia a presente pesquisa.

A disposição desses resultados indica que a aplicação de castigo ocorreu, notadamente, pelos atos de desobediência das crianças, exemplificados pela teimosia e birras em não cumprir as tarefas (escolares e domésticas), ou por passarem muitas horas no *videogame* e celular (uso abusivo das telas), mesmo depois de terem firmado acordos de regras com os pais. Apareceram ainda, secundariamente, castigos seguidos por condutas de agressão para com o irmão e, em menor incidência, para que as crianças compreendessem que o período de distanciamento social e a não ida à escola não significavam período de férias e que, portanto, deveriam continuar com as atividades e as regras estabelecidas para o cumprimento das responsabilidades e a manutenção do convívio respeitoso-harmônico.

Face aos castigos concretos/diretos aplicados pelos adultos para garantia do bom convívio domiciliar, enfatizamos aqui os castigos abstratos/indiretos também sofridos pelas crianças, os quais foram determinados pela pandemia em seu contexto, em que se sublinha a ausência da ida presencial à

escola. Esta sanção, assertivamente a mais expressiva, privou a criança do acesso a um sistema essencial da aprendizagem e do desenvolvimento, sobretudo pelas perdas/privações da aprendizagem formal dos conceitos científicos tratados pela escola, além da socialização com os pares e tantas outras aprendizagens significativas para a formação humana em coletivo, a exemplo de: convívio, cooperação, superação de desafios, resolução de conflitos, experiências cara a cara, ludicidade, partilha etc.

CONCLUSÕES

Nesta investigação, assumiu-se a atitude epistemológica freireana para discutir o convívio doméstico cotidiano familiar com crianças em idade escolar diante da pandemia do COVID-19 e problematizar possíveis mudanças na rotina de vida das crianças na ausência presencial nas escolas e ampliação de tempo em contextos domésticos. Assim, não houve, aqui, a pretensão em dizer como deveria ter sido a reorganização familiar em período pandêmico, mas, sim, evidenciar o que ocorreu no interior das famílias brasileiras, por meio da análise e compreensão das próprias ações e condutas desenvolvidas por elas.

O desdobramento desses dados revela que os impactos do isolamento social nas relações e nas novas reestruturações sofridas pelas famílias não são iguais para todas, posto que apenas uma parcela dos respondentes pôde cumprir as recomendações do isolamento social e, mesmo, compartilhar positivamente a presença dos filhos em casa. Os participantes na condição de empregados possuíam renda fixa para suprir as necessidades básicas, enquanto uma minoria dos participantes não expressou tal condição. Apesar disso, algumas alterações na esfera domiciliar, sobretudo das famílias em condição de trabalho remoto, perpassam a compreensão de novas configurações que estabeleçam relações educativo-dialógico-cooperativas entre os diferentes membros, crianças e adultos.

Há inúmeros elementos que dão forma à estrutura familiar e impactam as relações com crianças no cenário provocado pela cotidianidade da pandemia. As questões referentes à rotina de vida das famílias com crianças em idade escolar, em decorrência da ampliação de tempo diário em contextos domésticos ocasionado pela ausência da ida presencial às escolas, apresentam-se como uma inaugural configuração a partir de 2020. A alteração nessas relações parece ser justificada pela presença dos membros coparentais em casa, os quais compartilham o mesmo espaço, mas se dedicam a atividades diversas, por vezes sobrecarregados, questão que se situa no cerne de boa parte dos desafios atuais. No entanto, há que se considerar a existência de outros elementos que compõem o rol de problematizações deste momento crítico-histórico, principalmente os reflexos advindos das inadequadas condutas políticas vigentes, que se ligam diretamente à possibilidade (ou não) da permanência em casa e de se proceder às regras de isolamento social, assim como aos aspectos relativos à condição financeira mínima e digna ao menos para a subsistência familiar.

O novo dinamismo com que as inter-relações familiares são desenvolvidas entre adultos e crianças é elemento-chave para se começar a pensar a transformação das configurações estabelecidas na vida das crianças em condições pandêmicas, sobretudo no processo do seu desenvolvimento, considerando a inserção de aparentes práticas educativas dialógicas e horizontais na formação dos filhos. A síntese deste entendimento desdobra-se da análise sócio-humanista e pode transmutar como proeminente contribuição em interface com a ótica freireana, temário prescindível de exploração aprofundada tanto pelos segmentos do campo acadêmico e educativo-escolar, quanto político macroestrutural brasileiro.

À guisa da conclusão, aponta-se para o encaminhamento de outras investigações que possam apresentar as percepções de familiares sobre as crianças no cenário da COVID-19 a partir da análise do manejo das relações com as infâncias e seus efeitos duradouros, discutindo as atividades de ensino no âmbito remoto e a vida doméstica e relacional no contexto de pandemia. Assim, reitera-se a necessidade de se deter à análise das estruturas dinâmicas e diversas que marcam o âmbito da vida íntima familiar frente às medidas de isolamento social e às multifacetadas assumidas diante de escolas fechadas para frequência presencial.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Cleriston Izidro dos; FRANCISCO, Deise Juliana. Educação infantil e tecnologias digitais: reflexões em tempos de pandemia. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 125-146, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79007>.
- ARROYO, Miguel. Currículo e a pedagogia de Paulo Freire. In. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. *Caderno pedagógico 2: Semana Pedagógica Paulo Freire*. Porto Alegre: Corag, 2001. p. 42-54.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4 ed. Rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BORBA, Patrícia Leme de Oliveira *et al.* Desafios “práticos e reflexivos” para os cursos de graduação em terapia ocupacional em tempos de pandemia. *Cad. Bras. Ter. Ocup*, v. 28, n. 3, jun./set. 2020. Epub Oct 02, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoen2110>.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Educação Popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL. *Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020*. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, 2020a.
- BRASIL. *Parecer CNE/CP n. 05/2020, de 28 de abril de 2020*. Dispõe da Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, 2020b.
- BUSS-SIMÃO, Márcia; LESSA, Juliana Schumacker. Um olhar para o(s) corpo(s) das crianças em tempos de pandemia. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1420-1445, dez. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1420>.
- CARDOSO, José Álvaro de Lima. A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a “corona-crise”. *Rev. Katálysis*, v. 23, n. 3, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p615>.
- De BONI, Raquel Brandini. Websurveys nos tempos de COVID-19. PERSPECTIVAS. *Cad. Saúde Pública*, v. 36, n. 7, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00155820>.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *ConVid pesquisa de comportamentos*. Rio de Janeiro, 2020a. Disponível em: <https://convid.fiocruz.br/index.php?pag=principal>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Crianças na pandemia COVID-19* (Cartilha da série Saúde Mental e Atenção Psicossocial na COVID-19). Rio de Janeiro, 2020bfiocruz. Disponível em: www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/crianc%cc%a7as_pandemia.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.
- FMCSV – FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. *Primeiríssima infância – interações na pandemia: comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos em tempos de covid-19*. São Paulo, 2021. p. 1-32. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/primeirissima-infancia-interacoes-pandemia-comportamentos-cuidadores-criancas-0-3-anos-covid-19/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

- FREIRE, Ana Maria. A Bibliografia de Paulo Freire. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 433-438.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: Teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983b.
- FREIRE, Paulo. *Pedagoga do oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GADOTTI, Moacir (Org.). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 1996.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.
- HEILBORN, Maria Luiza A.; PEIXOTO, Clarice E.; BARROS, Myriam M. Lins de. Tensões familiares em tempos de pandemia e confinamento: cuidadoras familiares. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 2, e300206, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300206>.
- HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. *Investigação por questionário*. 2. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Censo Escolar 2020: Divulgação dos resultados – 2019*. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.
- LINHARES, Maria Beatriz Martins; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Reflections based on Psychology about the effects of COVID-19 pandemic on child development. *Estud. psicol.*, Campinas, v. 37, 2020, Epub June 05, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200089>.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1992.
- PRIME, Heather; WADE, Mark; BROWNE, Dillon T. Risk and resilience in family well-being during the COVID-19 pandemic [Ahead of print]. *American Psychologist*, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1037/amp0000660>.
- RATUSNIAK, Célia; MAFRA, Ivanilde Santos dos; SILVA, Vanderlete Pereira da. A travessia das infâncias no Amazonas no contexto de distanciamento social. *Zero-a-Seis*, Florianópolis – Universidade Federal de Santa Catarina, v. 22, n. Especial, p. 1364-1382, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1364>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Coronavírus: tudo que é sólido desmancha no ar*. Artigo publicado originalmente no jornal português Público, em 18 de março de 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/02/coronavirus-tudo-o-que-e-solido-desmancha-no-ar/>. Acesso em: 20 set. 2022.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. *Sistema de Monitoramento Inteligente do Governo de São Paulo atualiza diariamente índice de adesão ao isolamento social no Estado*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/isolamento>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SILVA, Isabela Machado da *et al.* As relações familiares diante da COVID-19: recursos, riscos e implicações para a prática da terapia de casal e família. *Pensando fam*, v. 24, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2021.

SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. (Família, geração & cultura).

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CIDADE, Camilla de Almeida S.; CARDOSO, Vanessa C. (Orgs.). *Maternidades Plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia*. Rio de Janeiro: Editora Bindi, 2020.

SPIEGEL, Paul B. Will this pandemic be the catalyst to finally reform humanitarian responses? *Nature Medicine*, v. 27, mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41591-021-01249-1>.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. *Consequências adversas do fechamento das escolas, 2020*. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/consequences>. Acesso em: 14 maio 2021.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION (OMS). *Novel Coronavirus – China*. Disease outbreak news: update [Internet]. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/csr/don/12-january-2020-novel-coronavirus-china/en/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

Submetido: 15/08/2021

Aprovado: 19/11/2022

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS:

Autora 1 – Coordenação da pesquisa no Brasil, revisão da introdução, elaboração da metodologia, revisão dos resultados e discussão e elaboração das conclusões do manuscrito.

Autora 2 – Elaboração da introdução, organização, apresentação dos dados e elaboração da discussão e conclusões do manuscrito.

Autora 3 – Coordenação do projeto de pesquisa na Itália, elaboração dos resultados e discussão e revisão da totalidade do manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES:

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o presente estudo.